



**Alteração do Regulamento para Eleição e Coptação dos membros que compõem o
Conselho da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda
Universidade de Aveiro**

Preâmbulo

O Regulamento para Eleição e Coptação dos membros que compõem o Conselho da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda da Universidade de Aveiro foi aprovado pelo Reitor em 16 de junho de 2014. Em decorrência das alterações estatutárias homologadas pelo Despacho Normativo n.º 1-C/2017, de 19 de abril, publicado no Diário da República n.º 80, 2.ª série, de 24 de abril, em especial do disposto no n.º 4 do artigo 13.º, que admite o recurso ao sistema nominal maioritário, considerou esta unidade orgânica de ensino e investigação, tendo em consideração a composição dos universos eleitorais que compõem o Conselho da Escola, alterar agora este Regulamento de modo a prever o recurso a este sistema.

O Diretor, após o competente parecer do Conselho de Escola, emitido na sua reunião de 02 de maio de 2018, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento da Escola, publicado no Diário da República n.º 142, 2.ª Série, de 23 de julho de 2010, e tendo sido realizada a audiência dos interessados, conforme estabelecido no artigo 100.º, n.ºs 1 e 2, do Código do Procedimento Administrativo, propôs a versão que ora se aprova.

Assim, por Despacho do Exmo. Senhor Reitor da Universidade de Aveiro, datado de 27 de julho de 2018, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento desta Escola, e ao abrigo da alínea m) do n.º 3 do artigo 23.º dos Estatutos da Universidade de Aveiro, é aprovado, pelo Reitor da Universidade de Aveiro, o seguinte:

Artigo 1.º

Alterações

São alterados os artigos 2.º, 6.º, 7.º, 8.º, 12.º e 13.º, que passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 2.º

[...]

- 1- [...]:
 - a) [...];
 - b) [...];
 - c) [...];
 - d) Um representante do pessoal técnico, administrativo e de gestão;
 - e) [...].
- 2- Na impossibilidade, devidamente fundamentada, de eleger o membro identificado na alínea b) do número anterior, o Conselho da ESTGA é constituído numa formação restrita que não integra este membro.
- 3- [...].
- 4- [...].


Artigo 6.º

[...]

- 1- [...].
- 2- A eleição segue o sistema de representação proporcional, através de listas de candidatura e segundo o método da média mais alta de Hondt, sem prejuízo no disposto no n.º 5.
- 3- [...].
- 4- [...].
- 5- Na impossibilidade da constituição de mais do que uma lista, no que respeita a cada um dos universos a que se referem as alíneas a), b), ou d) do n.º 1 do artigo 2.º, a respetiva eleição é efetuada através do sistema nominal maioritário, ao abrigo do artigo 19.º-A.
- 6- Para efeitos da verificação do recurso ao sistema nominal maioritário nos termos do número anterior, e tendo em conta a indisponibilidade de membros que detenham capacidade eleitoral, a Comissão Eleitoral delibera no prazo máximo de dois dias após a publicação dos cadernos eleitorais definitivos dos universos a que se referem as alíneas a), b), ou d) do n.º 1 do artigo 2.º.

Artigo 7.º

[...]

- 
- 1- [...].
 - 2- [...].
 - 3- [...].
 - 4- Têm capacidade para eleger os membros a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º todos quantos se encontrem, à data da convocação do ato eleitoral, vinculados à Universidade e adstritos à ESTGA na qualidade de pessoal técnico, administrativo e de gestão, para o efeito se considerando todas as formas de vinculação legalmente previstas.
 - 5- [...].
 - 6- [...].
 - 7- [...].
 - 8- [...].

Artigo 8.º

[...]

- 1- [...].
- 2- [...].
- 3- A Reitoria, os serviços da Universidade e a ESTGA prestam todo o apoio que for requerido pela Comissão Eleitoral para o bom exercício das respetivas funções e devida execução e acompanhamento de todo o processo eleitoral.

Artigo 12.º

[...]

- 1- [...].
- 2- [...].
- 3- [...].
- 4- Verificados, aquando da publicitação dos cadernos eleitorais definitivos, os pressupostos de aplicação do sistema nominal maioritário, relativamente, a um ou mais colégios eleitorais, nos termos consagrados no n.º 5 do artigo 6.º, compete à Comissão Eleitoral remeter este processo ao Diretor e ou decano para conduzir o respetivo processo ao abrigo do artigo 19.º-A»

Artigo 13.º

[...]

- 1- [...].

2- As listas são obrigatoriamente constituídas por tantos candidatos efetivos quantos os mandatos a preencher e seis suplentes.

3- [...].

4- [...].

5- [...].

6- [...].

Artigo 2.º

Aditamento

São aditados os artigos 19.º-A e 19.º -B, com a redação seguinte:


«Artigo 19.º -A

Sistema nominal maioritário

- 1 - A eleição a que se aplique o disposto no n.º 5 do artigo 6.º realiza-se, por e dentre os membros do respetivo universo, através de sufrágio livre, igual, direto e secreto, em reunião especialmente convocada para o efeito pelo Diretor.
- 2 - São eleitos os membros que obtenham maior número de votos, até se perfazer o número total de mandatos a preencher pelo respetivo universo.
- 3 - Em caso de empate que impossibilite a atribuição de um ou mais mandatos, procede-se a nova votação em relação àqueles que, nessa circunstância, obtiveram igual número de votos, sendo eleito quem obtiver o maior número de votos.
- 4 - No ato de eleição são igualmente eleitos suplentes, em igual número ao dos efetivos.
- 5 - Compete ao Diretor em exercício promover as ações necessárias à eleição ou eleições desenvolvidas de acordo com o sistema estabelecido no presente artigo, disponibilizando as condições necessárias à sua execução e acompanhamento.
- 6 - No caso de o Diretor se encontrar em qualquer das situações abrangidas pelas garantias de imparcialidade legalmente previstas é obrigatoriamente substituído pelo decano, considerando-se, para este feito, aquele de entre os que elegem os membros a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º detenha a posição mais elevada segundo as normas de precedência decorrentes dos estatutos de carreira aplicáveis.
- 7 - A publicitação de atos que a requeiram são realizados pelos meios determinados pelo Diretor ou, quando aplicável, pelo decano, nos termos fixados no artigo 19.º do presente Regulamento.

Artigo 19.º -B

Boletim de voto

- 
- 1 - A eleição prevista no artigo anterior efetua-se através de boletim de voto que contem a lista dos membros elegíveis.
 - 2 - São elegíveis e presentes nos boletins de voto todos quantos estejam nos respetivos cadernos eleitorais, com a exceção do Diretor da ESTGA, dos membros efetivos e suplentes da Comissão Eleitoral e do presidente, e respetivo suplente, das mesas das secções de voto.
 - 3 - Na eleição, em cada um dos grupos, cada eleitor assinala no boletim de voto um número de elementos igual ao indicado de seguida:
 - a) Nove elementos no grupo dos docentes e investigadores;
 - b) Um elemento no grupo de outros doutorados com ligação efetiva à ESTGA;
 - c) Um elemento, no grupo do pessoal técnico, administrativo e de gestão.»

Artigo 3.º

Republicação

Em decorrência das alterações e aditamento dos artigos anteriores, é republicado, no Anexo A, a versão atualizada do Regulamento para Eleição e Coptação dos membros que compõem o Conselho da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda da Universidade de Aveiro.

Artigo 4.º

Entrada em vigor

As presentes alterações entram em vigor no dia seguinte à da sua aprovação.

Universidade de Aveiro, 27 de julho de 2018

O Reitor



Prof. Doutor Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira

Anexo A

(a que se refere o artigo 3.º)

Regulamento para Eleição e Cooptação dos membros que compõem o Conselho da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda da Universidade de Aveiro

Capítulo I Disposições introdutórias

Artigo 1.º

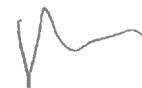
Habilitação legal e objeto

O presente Regulamento é emitido ao abrigo e para execução do disposto no artigo 17.º do Regulamento da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda da Universidade de Aveiro, e tem por objeto a regulação do processo eleitoral e a cooptação dos membros que compõem o Conselho da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda da Universidade de Aveiro (adiante designado por Conselho da ESSTGA), no quadro da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e dos referidos Estatutos.

Artigo 2.º

Composição e designação dos membros do Conselho da ESTGA

- 1- Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o Conselho da ESTGA tem 19 a 21 membros no total, é presidido pelo Diretor e composto por representantes pertencentes e eleitos pelos seguintes grupos:
 - a) 13 docentes e investigadores, afetos à ESTGA, qualquer que seja o tipo de vínculo e o subsistema de ensino, a tempo integral na Universidade;
 - b) Um outro doutorado com ligação efetiva à ESTGA;
 - c) Três estudantes;
 - d) Um representante do pessoal técnico, administrativo e de gestão;
 - e) Até duas personalidades externas, cooptadas pelos restantes membros do Conselho da ESTGA.
- 2- Na impossibilidade, devidamente fundamentada, de eleger o membro identificado na alínea b) do número anterior, o Conselho da ESTGA é constituído numa formação restrita que não integra este membro.
- 3- A designação dos membros a que se referem as alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 decorre da respetiva eleição, nos termos configurados no Capítulo II do presente Regulamento, e o das personalidades referidas na alínea e) resulta de cooptação pelo conjunto dos



membros eleitos das alíneas a) a d), seguindo-se para o efeito os procedimentos em cada caso previstos no presente Regulamento.

- 4- Independentemente da forma e método usados para a designação, os membros do Conselho da ESTGA não representam interesses parcelares, mas os da Universidade.

Artigo 3.º

Duração dos Mandatos

- 1 - O mandato do Conselho da ESTGA tem a duração de quatro anos.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o mandato dos membros a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º divide-se em dois ciclos distintos de dois anos, seguindo as regras estabelecidas no presente Regulamento, com as devidas adaptações.

Artigo 4.º

Membros por cooptação

- 1- A decisão de cooptação dos membros a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º tem lugar na primeira reunião do Conselho da ESTGA na constituição inicial decorrente da eleição dos membros eleitos, sendo esse, após verificação dos mandatos e posse conferida pelo Diretor, enquanto Presidente do órgão, o primeiro ponto da ordem de trabalhos.
- 2- A decisão de indigitação dos cooptados cabe em exclusivo e carece da maioria absoluta do conjunto dos membros a que se referem as alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 2.º, sendo tomada com base em propostas devidamente fundamentadas e subscritas por, pelo menos, um terço desses membros.
- 3- O número de elementos a cooptar decorre do número de indigitações de cooptandos aprovadas nos termos do número anterior, até ao máximo de duas.
- 4- Os indigitados são convidados pelo Diretor da ESTGA, após conhecimento prévio do Reitor, a aceitar o mandato em decorrência da decisão tomada, e, caso o aceitem, são convocados e tomam posse na reunião imediatamente seguinte.
- 5- Caso o preenchimento das vagas seja apenas parcial, por não aceitação por parte dos indigitados, ou quando ocorram vagas, por perda superveniente dos requisitos legalmente exigidos, destituição, renúncia ou impossibilidade permanente dos cooptados, segue-se a metodologia indicada nos números anteriores, com as devidas adaptações.



Capítulo II

Eleição

Artigo 5.º

Princípios

A eleição dos membros eleitos do Conselho da ESTGA obedece aos princípios da liberdade de candidatura, igualdade entre as candidaturas e imparcialidade, designadamente por parte dos órgãos e serviços da ESTGA que supervisionam, organizam e prestam apoio ao processo eleitoral.

Artigo 6.º

Sistema eleitoral

- 1- A eleição faz-se, nos termos da Lei e do presente Regulamento, por sufrágio direto e presencial dos detentores de capacidade eleitoral ativa.
- 2- A eleição segue o sistema de representação proporcional, através de listas de candidatura e segundo o método da média mais alta de Hondt, sem prejuízo no disposto no n.º 5.
- 3- Caso se não possa determinar a quem cabem os mandatos nos termos do número anterior, deve, em função das circunstâncias concretas em que a situação se verifique, a votação ser repetida, no mesmo dia da semana seguinte, em relação a um ou mais que um colégio eleitoral.
- 4- A decisão da repetição da votação cabe à Comissão Eleitoral, nos termos adiante estabelecidos.
- 5- Na impossibilidade da constituição de mais do que uma lista, no que respeita a cada um dos universos a que se referem as alíneas a), b), ou d) do n.º 1 do artigo 2.º, a respetiva eleição é efetuada através do sistema nominal maioritário, ao abrigo do artigo 19.º-A.
- 6- Para efeitos da verificação do recurso ao sistema nominal maioritário nos termos do número anterior, e tendo em conta a indisponibilidade de membros que detenham capacidade eleitoral, a Comissão Eleitoral delibera no prazo máximo de dois dias após a publicação dos cadernos eleitorais definitivos dos universos a que se referem as alíneas a), b), ou d) do n.º 1 do artigo 2.º.

Artigo 7.º

Capacidade eleitoral


- 1- Têm capacidade para eleger os membros a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º todos quantos se encontrem, à data da convocação do ato eleitoral, vinculados à

Universidade e adstritos à ESTGA, na qualidade de docente ou investigador, para o efeito se considerando as categorias e formas de vinculação legalmente previstas no âmbito do ensino superior universitário ou da investigação científica, desde que em regime de tempo integral.

- 2- Têm capacidade para eleger os membros a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º todos aqueles que, à data da convocação do ato eleitoral, não estando incluídos na alínea anterior, detenham o grau de doutor e ligação efetiva à Universidade, encontrando-se adstritos à ESTGA.
- 3- Têm capacidade para eleger os membros a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º todos quantos se encontrem, à data da convocação do ato eleitoral, validamente matriculados nos ciclos de estudos desta unidade orgânica na qualidade de estudante, nos termos legais e regulamentares.
- 4- Têm capacidade para eleger os membros a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º todos quantos se encontrem, à data da convocação do ato eleitoral, vinculados à Universidade e adstritos à ESTGA na qualidade de pessoal técnico, administrativo e de gestão, para o efeito se considerando todas as formas de vinculação legalmente previstas.
- 5- Têm capacidade eleitoral passiva em cada um dos colégios a que se referem as alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 2.º, todos quantos tenham capacidade eleitoral ativa e não estejam por qualquer forma impedidos ou dispensados de exercer as suas funções a título permanente na Universidade.
- 6- Para efeitos dos n.ºs 1, 2 e 4 considera -se adstrito à unidade quem dela dependa orgânico -funcionalmente por estar integrado nos respetivos mapas de pessoal ou de efetivos permanentes e ou quem lhes tenha sido formalmente afeto e nelas exerça funções com carácter predominante, incluindo aqueles que desenvolvam a respetiva atividade no âmbito de projetos e ou sob orientação de docentes ou investigadores adstritos à unidade.
- 7- Só podem votar aqueles que, no momento da votação, se encontrem validamente inscritos nos cadernos eleitorais.
- 8- Cada eleitor dispõe apenas de um voto, mesmo quando, por deter mais do que uma qualidade estatutária, esteja em condições de integrar qualquer dos colégios eleitorais a que se referem as alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 2.º, sendo, nesse caso, oficiosamente incluído naquele a que tiver vinculação mais estável ou duradoura, mas podendo exercer opção alternativa na fase de reclamação dos cadernos eleitorais.

Artigo 8.º

Condução e disciplina do processo eleitoral

- 
- 1- A condução e disciplina de todas as operações eleitorais conducentes à eleição dos membros a que se referem as alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 2.º cabe, desde o início e até ao apuramento e publicitação dos resultados finais, à Comissão Eleitoral.
 - 2- É cometida à Comissão Eleitoral e no respetivo âmbito todos os poderes necessários à prossecução dos fins enunciados no número anterior, designadamente a competência para a emissão de normas técnico-organizativas complementares e para a decisão, com caráter de definitividade, por isso esgotando a via administrativa, das dúvidas, reclamações e recursos que nesse âmbito sejam suscitados.
 - 3- A Reitoria, os serviços da Universidade e da ESTGA prestam todo o apoio que for requerido pela Comissão Eleitoral para o bom exercício das respetivas funções e devida execução e acompanhamento de todo o processo eleitoral.

Artigo 9.º

Composição e designação da Comissão Eleitoral

- 1- A Comissão Eleitoral é composta por três membros, respetivamente Presidente e dois Vogais, sendo o Presidente professor ou investigador de carreira e devendo os Vogais refletir tanto quanto possível os universos eleitorais abrangidos pela eleição.
- 2- São, ainda, designados, em conformidade com a disposição do número anterior, membros suplentes para cada um dos efetivos, de forma a assegurar a sua substituição imediata caso se verifique qualquer situação de renúncia ou impedimento permanente.

Artigo 10.º

Funcionamento da Comissão Eleitoral

- 1- A Comissão Eleitoral inicia funções imediatamente após a sua nomeação, independentemente de quaisquer formalidades.
- 2- Os membros da Comissão Eleitoral são independentes e isentos no exercício das respetivas funções, não podendo ser candidatos, subscritores ou mandatários de candidaturas, nem expressar pública opinião sobre os merecimentos das mesmas.
- 3- A Comissão Eleitoral, no respeito pelos princípios e preceitos legais aplicáveis e em conformidade com o presente Regulamento, emite e publicita as normas relativas ao seu funcionamento e ao processo eleitoral, no âmbito que lhe compete, aprovando, designadamente, o calendário eleitoral respetivo.
- 4- Após a aceitação definitiva das candidaturas nos termos do presente Regulamento, as listas têm direito a acompanhar a atividade da Comissão Eleitoral, designadamente pela presença de mandatários nas respetivas reuniões, sem direito a voto mas com direito de expressão e reclamação.

Artigo 11.º

Marcação da data da eleição

- 1- A data da eleição é marcada por despacho do Diretor que, no mesmo ato, procede à nomeação da Comissão Eleitoral, à qual submete proposta indicativa de calendário eleitoral aprovar nos termos do n.º 3 do artigo 10.º *in fine*, com respeito dos parâmetros estabelecidos no Anexo I do presente Regulamento.
- 2- A eleição realiza-se num dia útil e não pode decorrer durante o período de férias escolares.

Artigo 12.º


Cadernos eleitorais

- 1- Até cinco dias após a sua nomeação a Comissão Eleitoral, no âmbito da respetiva competência, manda elaborar e supervisiona a publicitação adequada, com o concurso dos Serviços da Universidade competentes, dos cadernos referentes aos colégios eleitorais a que se referem as alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 2.º.
- 2- Os cadernos eleitorais provisórios são postos em reclamação a partir do momento da sua exposição e até dois dias após.
- 3- Os cadernos eleitorais definitivos são como tal tornados públicos até ao segundo dia subsequente ao termo do prazo das reclamações, sendo estas decididas pela Comissão Eleitoral.
- 4- Verificados, aquando da publicitação dos cadernos eleitorais definitivos, os pressupostos de aplicação do sistema nominal maioritário, relativamente, a um ou mais colégios eleitorais, nos termos consagrados no n.º 5 do artigo 6.º, compete à Comissão Eleitoral remeter este processo ao Diretor e ou decano para conduzir o respetivo processo ao abrigo do artigo 19.º-A.

Artigo 13.º

Formalização de candidaturas


- 1- As listas relativas aos membros a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º devem ser subscritas por um mínimo de eleitores dos respetivos colégios eleitorais, nos termos seguintes:
 - a) 18 eleitores do respetivo colégio eleitoral, no caso da alínea a);
 - b) Três eleitores do respetivo colégio eleitoral, no caso da alínea b);
 - c) 30 eleitores do respetivo colégio eleitoral, no caso da alínea c);
 - d) Três eleitores do respetivo colégio eleitoral, no caso da alínea d).

- 
- 2- As listas são obrigatoriamente constituídas por tantos candidatos efetivos quantos os mandatos a preencher e seis suplentes.
 - 3- A Comissão Eleitoral determina os documentos instrutórios a apresentar obrigatoriamente com as candidaturas.
 - 4- As listas são obrigatoriamente acompanhadas de declarações individuais de aceitação das candidaturas e da designação do respetivo mandatário, que pode ser um dos candidatos efetivos ou suplentes.
 - 5- A apresentação das listas é, ainda, obrigatoriamente acompanhada de um programa de candidatura.
 - 6- Ninguém pode simultaneamente ser candidato, mandatário ou subscritor de mais do que uma lista.

Artigo 14.º

Processo de admissão das candidaturas

- 1- As listas de candidaturas são apresentadas perante a Comissão Eleitoral, nos termos por esta determinados e no prazo máximo de dois dias sobre a publicação dos cadernos eleitorais definitivos, sendo rejeitadas as que forem entregues fora do prazo.
- 2- Se a lista não contiver o número de candidatos requerido, não respeitar as regras impostas para a sua constituição nos termos do presente Regulamento ou apresentar outras irregularidades, a Comissão Eleitoral notifica o mandatário da respetiva lista para em 48 horas, sob pena de rejeição de toda a lista, suprir as irregularidades detetadas.
- 3- Caso considere inelegível qualquer candidato, a Comissão Eleitoral notifica o mandatário da lista para em 48 horas, sob pena de rejeição de toda a lista, proceder à substituição.
- 4- A Comissão Eleitoral, após supridas ou corrigidas as irregularidades, ou, sendo o caso, terminado o prazo para o efeito concedido sem que o tenham sido, decide da conformidade das candidaturas concorrentes e elegibilidade dos candidatos, fazendo operar nas listas as alterações introduzidas nos números anteriores e divulga, por afixação no dia imediato, as candidaturas aceites e as razões da não-aceitação das rejeitadas.
- 5- A fase que decorre entre o termo do prazo para apresentação das candidaturas e a decisão a que se refere o n.º 4 não pode exceder quatro dias.
- 6- As candidaturas aceites e as razões da sua não-aceitação são postas em reclamação nos dois dias seguintes ao da sua afixação.
- 7- A Comissão Eleitoral, no prazo máximo de dois dias, decide as reclamações e afixa as candidaturas definitivamente aceites.

- 
- 8- Caso, em função da não apresentação de listas ou sua rejeição, não seja possível assegurar a eleição da maioria do conjunto dos membros a que se referem as alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 2.º, a Comissão Eleitoral participa o facto ao Diretor com vista à reabertura integral do processo eleitoral.

Artigo 15.º

Campanha eleitoral

- 1- A campanha eleitoral é aberta a toda a comunidade da ESTGA com início no dia seguinte ao da afixação das candidaturas definitivamente aceites, e com a duração, de, no mínimo, cinco dias.
- 2- Durante o período de campanha, com isenção e igualdade de tratamento, são, pela Comissão Eleitoral, propiciadas às listas as necessárias condições logísticas para que promovam adequada e idoneamente as respetivas candidaturas através dos meios próprios da ESTGA.
- 3- O dia anterior às eleições é de reflexão, não podendo realizar-se qualquer atividade de campanha, tal como no próprio dia da votação.

Artigo 16.º

Secções de voto

- 1- A secção de voto para eleição dos membros a que se referem as alíneas a), b), e d) do n.º 1 do artigo 2.º é constituída e funciona conjuntamente para os três colégios eleitorais que lhes correspondem, havendo uma urna para cada colégio eleitoral distinto.
- 2- A secção de voto para eleição dos membros a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º é constituída e funciona autonomamente.
- 3- A mesa de cada secção de voto é composta por um presidente e dois vogais, sendo para o efeito designados efetivos e suplentes em igual número, adotando-se, nos casos em que a secção respeite a mais do que um colégio eleitoral, sempre que possível, uma distribuição representativa dos diferentes colégios a que a secção respeita.
- 4- Os membros das mesas de voto são nomeados pela Comissão Eleitoral e segundo as regras por ela instituídas, sendo da nomeação dado conhecimento ao Diretor, para efeitos administrativos.
- 5- As candidaturas podem indicar um delegado seu por cada mesa de voto, os quais podem acompanhar todo o ato eleitoral e elaborar reclamações e protestos fundamentados, que são decididos, em primeira instância, pela mesa.

Artigo 17.º



Votação

O direito de voto é exercido direta e presencialmente pelo eleitor, não sendo admitida qualquer forma de representação ou delegação no seu exercício, nem o voto antecipado ou por correspondência.

Artigo 18.º

Encerramento da votação e apuramento de votos

- 1- Após o encerramento da votação e terminadas as operações da responsabilidade de cada mesa de voto, com a elaboração de ata assinada por todos os membros, procede-se de imediato ao transporte, para o local indicado pela Comissão Eleitoral, das urnas, fechadas e lacradas, acompanhadas das atas e demais documentação de suporte.
- 2- Após o encerramento de todas as operações pelas mesas eleitorais e recolha do material eleitoral, a Comissão Eleitoral conjuntamente com os presidentes das mesas de voto constitui-se em assembleia de apuramento da eleição que lhes corresponda.
- 3- Às assembleias constituídas nos termos do número anterior compete, no respetivo âmbito, reapreciar as decisões das mesas de voto, proceder ao apuramento final dos votos e efetuar a sua conversão em mandatos, bem como elaborar a ata respetiva após decisão sobre as reclamações que tenham sido apresentadas nos termos do número seguinte.
- 4- Os mandatários das listas têm o direito de acompanhar todas as operações eleitorais, designadamente pela presença nas mesas de voto e nas operações de apuramento conduzidas pela assembleia correspondente, nos termos dos n.ºs 2 e 3 anteriores, em qualquer caso sem direito de voto mas com direito de expressão e reclamação.
- 5- Os resultados finais das eleições são adequadamente publicitados pela Comissão Eleitoral e comunicados ao Diretor, no prazo máximo de dois dias após o encerramento das urnas, depois de decididos eventuais recursos sobre o apuramento final e ata respetiva.
- 6- O Diretor deve, no prazo máximo de cinco dias após o encerramento das urnas, informar o Reitor do resultado final eleitoral.
- 7- Caso se verifique a situação de impossibilidade de atribuição de mandato ou mandatos, nos termos previstos no artigo 6.º, n.º 3, cabe à Comissão Eleitoral a decisão de repetição, total ou parcial da eleição, pelo que se sustém a publicitação dos resultados até à conclusão do respetivo processo eleitoral.

Artigo 19.º

Publicitação dos atos

A publicitação dos cadernos eleitorais, das listas e de todos os demais atos que a requeiram, são feitos pelos meios que a Comissão Eleitoral determine, seguindo-se a prática académica e os locais usualmente utilizados para o efeito na ESTGA e divulgação eletrónica.

Artigo 19.º-A


Sistema nominal maioritário

- 1 - A eleição a que se aplique o disposto no n.º 5 do artigo 6.º realiza-se, por e dentre os membros do respetivo universo, através de sufrágio livre, igual, direto e secreto, em reunião especialmente convocada para o efeito pelo Diretor.
- 2 - São eleitos os membros que obtenham maior número de votos, até se perfazer o número total de mandatos a preencher pelo respetivo universo.
- 3 - Em caso de empate que impossibilite a atribuição de um ou mais mandatos, procede-se a nova votação em relação àqueles que, nessa circunstância, obtiveram igual número de votos, sendo eleito quem obtiver o maior número de votos.
- 4 - No ato de eleição são igualmente eleitos suplentes, em igual número ao dos efetivos.
- 5 - Compete ao Diretor em exercício promover as ações necessárias à eleição ou eleições desenvolvidas de acordo com o sistema estabelecido no presente artigo, disponibilizando as condições necessárias à sua execução e acompanhamento.
- 6 - No caso de o Diretor se encontrar em qualquer das situações abrangidas pelas garantias de imparcialidade legalmente previstas é obrigatoriamente substituído pelo decano, considerando-se, para este feito, aquele de entre os que elegem os membros a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º detenha a posição mais elevada segundo as normas de precedência decorrentes dos estatutos de carreira aplicáveis.
- 7 - A publicitação de atos que a requeiram são realizados pelos meios determinados pelo Diretor ou, quando aplicável, pelo decano, nos termos fixados no artigo 19.º do presente Regulamento.

Artigo 19.º - B

Boletim de voto

- 1 - A eleição prevista no artigo anterior efetua-se através de boletim de voto que contem a lista dos membros elegíveis.
- 2 - São elegíveis e presentes nos boletins de voto todos quantos estejam nos respetivos cadernos eleitorais, com a exceção do Diretor da ESTGA, dos membros efetivos e suplentes da Comissão Eleitoral e do presidente, e respetivo suplente, das mesas das secções de voto.
- 4 - Na eleição, em cada um dos grupos, cada eleitor assinala no boletim de voto um número de elementos igual ao indicado de seguida:

- 
- d) Nove elementos no grupo dos docentes e investigadores;
 - e) Um elemento no grupo de outros doutorados com ligação efetiva à ESTGA;
 - f) Um elemento, no grupo do pessoal técnico, administrativo e de gestão.

Capítulo III

Disposições finais

Artigo 20.º

Contagem de prazos

Os prazos previstos no presente Regulamento contam-se em dias úteis, nos termos do disposto no Código do Procedimento Administrativo, mas a respetiva contagem considera-se suspensa durante os períodos de férias escolares

Artigo 21.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor imediatamente, devendo ser publicitado nos termos legais e generalizadamente divulgado junto da Comunidade Universitária.



Anexo I

- *Nomeação da Comissão Eleitoral*
- *Elaboração e publicação dos cadernos eleitorais provisórios – 5 dias*
- *Reclamações dos cadernos eleitorais provisórios – 2 dias*
- *Julgamento das reclamações e publicação dos cadernos eleitorais e, quando aplicável, deliberação referente ao disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 6.º – 2 dias*
- *Apresentação das candidaturas – 2 dias*
- *Correção e suprimento de deficiências e decisão sobre as candidaturas – 2 dias*
- *Reclamações da decisão sobre as candidaturas – 2 dias*
- *Julgamento das reclamações e publicação das candidaturas definitivamente aceites – 2 dias*
- *Campanha eleitoral - 5 dias*
- *Período de reflexão – 1 dia*
- *Votação – 1 dia*
- *Publicação dos resultados – 2 dias*